

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2014

DETM 0372/2014

Ilmo. Sr.

Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras
Av. Nilo Peçanha, 50 grupo 2409
20044-906 – Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Contratos EPC em unidades industriais.

Referência: Carta AEPET 004/14, de 18/02/2014.

Prezado Senhor,

Incumbiu-me a Presidente Maria das Graças Foster de, em referência à sua carta AEPET 004/14, de 18/02/2014, que encaminhou dois documentos externando as preocupações dessa Associação com a utilização de contratos do modelo EPC na implantação de unidades industriais e com o que V. S. definiu como “processo de abandono das normas técnicas da Petrobras”, apresentar os esclarecimentos da Companhia, nos termos a seguir:

2. Posição da AEPET:

“Contratos EPC em unidades industriais

A Petrobrás tem utilizado cada vez mais contratos EPC (Engineering, Procurement and Construction), deixando nas mãos de um mesmo consórcio o projeto, a compra de equipamentos e serviços de montagem. É a volta dos contratos "chave-na-mão" (turn-key) das décadas de 1960/70, assinados com empresas estrangeiras, quando nossa competência tecnológica era ainda incipiente. Eram as refinarias "Vaga-lume", que entravam e saiam. Estamos deixando de fazer os projetos pra contratá-los da forma mais atrasada e dependente possível. Além de ser um retrocesso de mais de 40 anos, deixamos nas mãos dos EPCistas o direito de dimensionar o projeto básico dentro dos seus interesses de gerar serviço e mão de obra para si mesmos. Um exemplo, é a terraplanagem do Comperj e da Rnest responsáveis por mais de 50% do sobre-preço. Estamos dando a alguns consórcios como OAS, Odebrecht, Camargo Correa, Queiroz Galvão e outros, o poder de contratar outras empresas, comprar equipamentos de fabricantes não credenciados e recebendo unidades com sérios problemas a serem resolvidos na fase de operação pelos nossos técnicos. Ao contrário do alardeado elas são mais caras, demandam mais tempo de construção e apresentam custo operacional



muito mais elevado. Sem contar as perdas de produção por paradas."

3. Esclarecimentos da Petrobras:

3.1. No que concerne à utilização do modelo de contratação denominado EPC, os argumentos dessa AEPET estão assentados na comparação que faz com o modelo de gestão de empreendimentos desenvolvido pelo antigo SEGEN, desde os anos 70 até o final da década de 90. Em face das condições específicas daquele período, em que os mercados de fornecimento de bens e serviços ainda se encontravam em desenvolvimento no País, a Petrobras atuava como integradora, assumindo todos os riscos do empreendimento e contratando, diretamente, o fornecimento dos bens e a execução dos serviços necessários à construção e montagem das instalações.

3.2. O crescimento vertiginoso dos investimentos da Petrobras na última década, decorrente, em sua maior parte, do desenvolvimento da produção de óleo e gás natural em águas profundas, obrigou a Companhia a exercitar outros modelos de gerenciamento, adaptados às disponibilidades do mercado e da Companhia.

3.3. Em 2001 foi desenvolvida a Sistemática Corporativa de Projetos de Investimento do Sistema Petrobras, dentro da qual a Área de Negócio é responsável, durante a Fase II – Projeto Conceitual, pela elaboração do EVTE do Projeto, utilizando a metodologia do Manual de Análise Empresarial de Projetos de Investimento. Durante esta fase, é elaborado o Plano de Gerenciamento de Aquisição, que inclui a definição da Estratégia de Contratação do empreendimento. Essa Estratégia deve ser revisada ao fim da Fase III – Projeto Básico, que inicia após a aprovação da Análise Empresarial (EVTE) do Projeto Conceitual. A Fase III visa ao desenvolvimento da alternativa técnica que foi selecionada para o projeto na fase anterior e à obtenção da autorização para a execução do projeto.

3.4. A Estratégia de Contratação do fornecimento dos bens e serviços necessários à implementação do empreendimento é aprovada ao final da Fase III e considera as condições e disponibilidades dos mercados fornecedores, os requisitos de custo, prazo, qualidade, segurança e conteúdo local exigidos para o projeto e as características das instalações, definidas no Projeto Básico (desenvolvido pelo CENPES quando a Petrobras é detentora de tecnologia ou adquirido das empresas que detém a tecnologia). Nos últimos anos os principais projetos básicos (Plataformas P-51, P-52, P-53, P-54, P-55, P-56, P-58, P-62, P-66, P-67, P-68, P-69, P-70, P-71, P-72, P-73, P-74, P-75, P-76, P-77, Carteira de Gasolina da Repar, Refap, Rpbcc e Rlam, Carteira de Diesel da Regap, Replan, Rpbcc e Refap, Renest, Comperj, UFN-III, Sulfato de Amônia, TRBA e todos os gasodutos) foram desenvolvidos internamente na Petrobras. Casos excepcionais (Plataformas P-57, P-61 e P-63, Sondas P-59 e P-60, UFN-V, Carteira de Gasolina da

Recap, Replan, Regap, Revap e Reduc e térmicas) foram desenvolvidos pelo mercado.

3.5 Nos projetos implementados a partir de 2003 a Petrobras tem adotado sistematicamente a posição de integradora, ou seja, a compra dos equipamentos críticos é realizada pela área de Materiais e a Engenharia gerencia a interface entre os diversos contratos de construção e montagem. Em 2008, houve um extenso estudo, envolvendo todas as áreas da companhia, relacionado à estratégia de condução de empreendimentos. Como decorrência deste estudo, a prática descrita acima (compra de equipamentos críticos por Materiais e integração pela Engenharia) foi estendida para um número maior de projetos. Exemplos recentes de projetos que adotaram esta estratégia são: carteira de Gasolina e Diesel do Refino, P-55, P-58, P-62, Comperj, Renest, UFN-III, Replicantes, Cessão Onerosa, entre outros.

3.6 A qualidade é um valor para toda a equipe técnica e gerencial da Petrobras e isso tem se refletido no índice de performance operacional (IPO), que é calculado entre o 6º e o 12º mês de operação das plantas. Desde que a Petrobras iniciou a medição deste indicador no ano de 2004, os resultados tem alcançado marcas superiores a 96%.

4. Posição da AEPET:

“Abandono das Normas técnicas da Petrobrás

Sob a justificativa de simplificação e redução de custo e prazo dos empreendimentos, as normas Petrobrás estão sendo relegadas nas contratações. Elas são frutos da experiência da Companhia e foram elaboradas visando a segurança e a otimização operacional. As normas internacionais contêm os requisitos mínimos, alertando para a necessidade de complemento de uma série de outros. É mais uma justificativa para normas internas que consolidam as necessidades e a experiência da companhia. Quando compramos as plataformas de campos com projetos do Mar do Norte elas custavam US\$ 400 milhões. Os projetos feitos pela Petrobrás reduziram o custo para US\$ 100 milhões, pois eram módulos abertos, ventilados. A plataforma de Pampo -projeto de fora -tinha 8000 relés a serem calibrados. Nossos projetos reduziram para 2000, com mais segurança.”

5. Esclarecimentos da Petrobras:

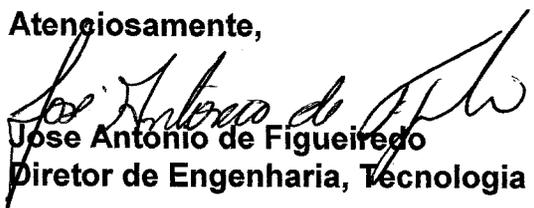
5.1. Quanto às normas técnicas Petrobras, cabe esclarecer que está em curso, desde 2009, um processo de aperfeiçoamento e atualização do sistema de normalização técnica, conforme as orientações emanadas da CONTEC e de acordo com as seguintes premissas:

- a) Exigências focadas no desempenho dos materiais, equipamentos e sistemas a serem instalados;
- b) Maior liberdade para os fornecedores oferecerem produtos e procedimentos próprios, disponíveis nos mercados nacional e internacional e aprovados pela Petrobras, mantida a exigência de atendimento aos requisitos de desempenho estabelecidos para a instalação;
- c) Adoção de normas técnicas nacionais e internacionais, sempre que, proporcionarem competitividade e atenderem os requisitos de desempenho e SMS;
- d) Redução do custo das instalações, especificando, preferencialmente, os materiais, equipamentos e sistemas disponíveis nos mercados;
- e) Garantia dos níveis de segurança operacional e pessoal, a serem promovidos pelo atendimento dos requisitos de desempenho das instalações.

5.2. O acervo técnico de normas Petrobras vem sendo constantemente revisto e atualizado de forma a atender as premissas mencionadas no item anterior, fornecendo as referências técnicas essenciais as suas operações e desenvolvimento de novos projetos, tanto no Brasil quanto no exterior.

6. Na expectativa de haver esclarecido os pontos abordados por V.S., subscrevo-me,

Atenciosamente,


José Antonio de Figueiredo
Diretor de Engenharia, Tecnologia e Materiais

Não há anexo(s)

c.c.: GAPRE